

PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

Economia & política

• A economia em 97 será determinada pela política com a mesma força com que a eleição presidencial de 94 foi definida pelo sucesso do plano econômico. O plano em si não está em jogo na discussão da reeleição. Ele já ganhou força própria. Mas o cotidiano da economia, as decisões nas empresas, o ritmo de entrada de recursos externos, a evolução dos ativos financeiros, tudo estará de certa forma condicionado à definição sucessória.

Economia e política andarão juntas em 97.

De certa forma, a fronteira entre as duas já vinha desaparecendo. O mercado financeiro antecipa os efeitos, bons ou ruins, de evoluções importantes na conjuntura. Por isso, na alta das bolsas do ano passado já estava embutida parte da expectativa da aprovação da reeleição. Como dizem os analistas: "Já está no preço."

Pode-se repetir desta vez o que ocorreu em 94. As bolsas subiram muito antes da eleição, e vários analistas apostaram que o crescimento seria muito maior após a confirmação das urnas. Mas não foi isto que aconteceu. As bolsas caíram após a eleição de Fernando Henrique, pelo simples fato de que tinham antecipado o resultado. Já estava no preço.

A evolução da economia dependerá do calendário político. Se a reeleição for votada e aprovada no início do ano, o Governo poderá aproveitar as chances que 97 oferece por ser um ano não eleitoral. O Governo pode fazer uma reforma ministerial que dê mais consistência ao conjunto e, principalmente, aproveite para avançar no ajuste fiscal.

No ano de 96 acendeu uma luz vermelha no painel. Exatamente a da questão fiscal. Decisões foram sendo adiadas, outras se perderam em infrutíferas discussões internas. A proposta feita pelo Ministério da Administração, de fecha-

mento de órgãos, nunca foi adiante. Em parte, pelas resistências da Casa Civil.

As propostas de regulamentação da quebra dos monopólios enviadas ao Congresso em 96 não eram dignas de um Governo que mudou a Constituição. Parecia um arrependimento do que fizera em 95.

Em 97, o Governo terá que avançar na privatização de telecomunicações e torcer para que o monstro enviado por ele ao Congresso, na regulamentação do petróleo, seja aperfeiçoado.

Estas duas áreas são potencialmente as que mais atraem hoje recursos externos, fundamentais para o financiamento do déficit em conta corrente.

Se a definição de reeleição demora muito, o Governo vai perdendo gradualmente as vantagens de administrar o país num ano não eleitoral. Corre o risco de paralisia e de fazer concessões que tenham o pior dos preços: o aumento de gastos.

Se o Governo perder na proposta de reeleição, o grau de incerteza vai aumentar. Mas isto não ameaça o plano de estabilização. Haverá dúvidas sobre o candidato do Governo e as propostas das oposições, de esquerda e de direita.

O que realmente ameaça o plano é o falta de ajuste fiscal. Se não forem enfrentados, desastres fiscais como o de 96 minam qualquer plano econômico.